

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO das atividades do manual que não constam do “EXCLUSIVO PROFESSOR”**Atividade da p. 31 do manual**

Palavras selecionadas: Igreja Católica Apostólica Romana; Casado; Celibato; Constantinopla; Grego; Igreja Ortodoxa Grega; Imperador; Latim; Papa; Patriarca; Roma; Sete sacramentos; Bíblia livro sagrado

PRINCIPAIS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NAS PRÁTICAS RELIGIOSAS							
IGREJAS	DESIGNAÇÃO OFICIAL	CHEFE	SEDE DA IGREJA	LÍNGUA OFICIAL	CRENÇAS SEMELHANTES	CLERO/BISPOS ESTADO CIVIL	CLERO/PADRES ESTADO CIVIL
Igreja Cristã do Ocidente	Igreja Católica Apostólica Romana	Papa	Roma	Latim	Sete sacramentos Bíblia livro sagrado	Celibato	Celibato
Igreja Cristã do Oriente	Igreja Ortodoxa Grega	Patriarca	Constantinopla	Grego	Sete sacramentos Bíblia livro sagrado	Celibato	Casado

Atividade da p. 35 do manual

1. A luta revela um ambiente de violência. Em fundo está representada uma cidadela com sinais de grandeza e de prosperidade e, tendo em conta os edifícios, seria conquistada e objeto de saque (DOC.1).

As cruzadas tinham mais do que motivos de natureza religiosa:

- procuravam afirmar o poder régio, pelo que contavam com o empenho e a participação direta de reis e de imperadores (DOC. 1);
- os reis apoiaram e promoveram a sua realização, tanto por devoção, como também para reforçarem o seu poder político e militar;
- procuravam controlar pontos estratégicos e rotas comerciais (DOC. 2);
- eram também uma forma de alcançar fortuna e prestígio para aqueles que nelas participavam (DOCS. 2 e 3);
- revelaram-se um meio de conquista de novas terras para a cristandade ocidental.

2. No discurso do rei Luís IX aos cruzados estão presentes os seguintes valores:

- apela aos sentimentos dos cruzados e coloca-se como igual, mas ao mesmo tempo como seu líder: “Meus amigos e fiéis soldados”; “[...] invencíveis se formos inseparáveis no amor que temos uns aos outros”; “Sou apenas um homem [...]”;
- a cruzada é vontade de Deus pois serve como luta contra o infiel: “Não é sem a permissão divina que viemos até aqui”;
- a cruzada permite alcançar a glória e a honra independentemente do resultado obtido: “Se formos vencidos, seremos mártires”; “Ele trará a glória, a honra e dar-nos-á a sua bênção”;
- a cruzada destina-se ao alargamento da fé cristã: “Esta é a Sua causa, devemos conquistar para Cristo [...]”;
- o rei assume-se como o líder da cruzada: “[...] se triunfamos, a glória de Deus será exaltada de tal modo que toda a França e mesmo a Cristandade, será por esse meio glorificada”.

Atividade da p. 36 do manual

3. Comparação acerca da conduta dos cruzados:

- **Geoffroy de Villehardouin** relata o sentimento vitorioso dos cruzados [“o palácio rendeu-se-lhes, salvando-se as vidas dos que estavam no seu interior”. [...] “e foi grande a alegria de honra e vitória que Deus lhes tinha dado”] e o **papa Inocêncio III** condena a absolvição dos cruzados que saquearam Constantinopla [“É impossível não me manifestar contra vós” [...] “os cruzados, tendo abandonado a peregrinação proposta, voltam absolvidos para as suas casas, quando aqueles que saquearam o citado Império se vêm embora e voltam para casa com o seu saque, livres de culpas”];
- **Geoffroy de Villehardouin** relata o saque a vários castelos e a sua ocupação por parte dos cruzados [“Cada um ocupou com a sua gente o castelo que lhe foi dado e mandou guardar o tesouro”. [...] “Cada um arranhou alojamento como melhor lhe agradou, pois havia-os em quantidade suficiente”] e o **papa Inocêncio III** considera que o saque de Constantinopla põe em causa a procura de unidade da cristandade ocidental e oriental [“Como poderá na verdade a Igreja grega ser trazida à união eclesiástica e à devoção pela Sé Apostólica, quando tem sido assediada por tantas aflições e perseguições, de tal maneira que não vê nos Latinos senão um exemplo de perdição”];
- **Geoffroy de Villehardouin** relata o enriquecimento dos cruzados [“Do tesouro que havia no palácio nem convém falar, pois era em tal quantidade que não tinha conta nem medida”] e o **papa Inocêncio III** condena o saque das igrejas e os roubos de objetos eclesiásticos [“saquear o tesouro imperial e roubar os bens dos príncipes e homens de menor importância, puseram também as mãos nos tesouros das igrejas [...]. Arrancaram mesmo frontais de prata dos altares. [...] Violaram os lugares sagrados e deles tiraram cruzeiros e relíquias”];
- **Geoffroy de Villehardouin** relata o luxo a que acederam os cruzados [“As outras pessoas que se espalharam ganharam bastante, e os ganhos foram tão grandes que ninguém vos saberá dizer o montante [...] em ouro, prata, baixelas, pedras”. “[...] que desde que o mundo existe nunca tanto se ganhou numa cidade”] e o **papa Inocêncio III** recusa a morte e o saque de cristãos [“aqueles cujas espadas deviam ser usadas contra pagãos e estão agora ensopadas em sangue cristão, não pouparam idade nem sexo” [...] “aqueles que deveriam perseguir os objetivos de Jesus Cristo e não os próprios”].

Atividade da p. 58 do manual

ELABORAR UM TEXTO EXPLICATIVO A PARTIR DE UM ESQUEMA (proposta orientada para o aluno)

Da reconquista cristã à fixação de fronteiras

A reconquista cristã foi um **processo lento e longo**. Iniciado no **século VIII** terminará no **século XV, em 1492**, com a conquista do reino de Granada e a expulsão definitiva dos mouros da Península Ibérica. Este processo exigiu o **repovoamento** do território como forma de marcar a presença cristã e impedir o avanço dos muçulmanos. Nesta medida, o rei procedeu à **doação de senhorios**, laicos e eclesiásticos, bem como à **criação de concelhos**. Em termos **políticos**, a reconquista cristã deu origem à **formação de novos reinos** peninsulares.

No âmbito da reconquista destacou-se o auxílio dos cruzados, entre os quais se salientaram D. Raimundo e D. Henrique que, como recompensa pelos serviços prestados, receberam feudos no extremo ocidental da Península Ibérica. No **Condado Portucalense**, doado a D. Henrique, no noroeste da península, formou-se um **núcleo com pretensão à independência**. Após a morte do conde D. Henrique em

1112, a sua mulher, D. Teresa, ficou à frente dos destinos do condado. Porém, o seu filho, **Afonso Henriques**, tendo em vista a autonomia face à Galiza e ao rei de Castela reuniu em seu torno um **grupo de nobres** que o **apoiam** e, em **1128**, defrontaram os partidários de D. Teresa na **Batalha de S. Mamede**. Em **1143**, na **Conferência de Zamora**, **Afonso VI** de Leão e Castela **reconhece** a Afonso Henriques o **título de rex**, de rei, o que garantiu a independência entre os dois reinos. Faltava ainda o reconhecimento por parte da Santa Sé. No ano de **1179**, na **bula *Manifestis Probatum***, o papa **Alexandre III** reconheceu a soberania do reino de Portugal e a plenitude dos poderes de Afonso Henriques. Assim, estava concluído o **reconhecimento de D. Afonso Henriques** como **rei** e de **Portugal** como **reino**, pondo fim a uma luta demorada pela independência.

Como rei de Portugal, Afonso Henriques tomou a liderança na governação do reino organizando-o e estruturando-o. Neste sentido, promoveu o **povoamento** para o que contou com o **apoio da Igreja** a quem foram **concedidas terras** como recompensa pelo auxílio prestado no processo de fixação nas terras conquistadas. D. Afonso Henriques alargou os limites das fronteiras deixadas pelo seu pai, uma vez que **conquistou** novas terras através da continuação da **luta contra os mouros**.

No processo de reconquista, o monarca contou com o **auxílio das ordens militares e dos cruzados** que contribuíram para o sucesso do alargamento das fronteiras do território. A reconquista não constituiu um processo contínuo, pelo contrário, foi marcada por um constante avanço e recuo de fronteiras. Um dos momentos importantes foi a conquista **definitiva de Lisboa e de Santarém** aos mouros em 1147, não só por constituírem um importante ponto estratégico, mas também por garantir a presença além da fronteira natural que era o Tejo. Durante o reinado de **D. Sancho I**, a fronteira recuou novamente até à linha do Tejo. Com **D. Afonso II**, a reconquista passou a contar com o apoio das ordens religioso-militares, que, como recompensa, receberam inúmeras doações régias. Com **D. Sancho II**, procedeu-se à ocupação de territórios no Alentejo. O limite sul veio a ser alcançado no reinado de **Afonso III**, em **1249**, com a **conquista do Algarve**, pondo fim a um processo que perdurara por mais de um século, permitindo estabelecer genericamente as futuras fronteiras do reino de Portugal. A par do processo de reconquista, a monarquia progressivamente **procurou diminuir o poder da nobreza e promover o poder real**.

Se, a sul, as fronteiras estavam definidas faltava, no entanto, estabelecer os limites territoriais com o reino vizinho. Estes foram fixados no **Tratado de Alcanises** em 1279, no reinado de D. Dinis, no qual se definiram os territórios fronteiriços que passavam a pertencer à Coroa portuguesa. Estavam, portanto, **definidas as fronteiras** portuguesas.

A reconquista que veio a dar origem ao reino de Portugal contou especialmente com o papel de D. Afonso Henriques que pretendeu alargar as fronteiras do território recebido pelo seu pai. Ficou concluída, em 1249, com a conquista do Algarve, no reinado de D. Afonso III. Ao longo deste processo definiram-se fronteiras, fixaram-se povoações, concederam-se privilégios à nobreza e ao clero que, mais tarde, vieram a ser diminuídos no âmbito do processo de centralização do poder do rei. Formava-se assim o reino de Portugal, com um território e as suas gentes.

Atividade da p. 86 do manual

3. O domínio senhorial tinha como principais áreas de exploração a reserva, pertencente ao senhor, e os mansos ou casais, parcelas de terra que eram arrendadas a famílias de camponeses. O senhorio era, portanto, explorado de duas formas diferenciadas: uma diretamente pelo senhor e outra, de exploração senhorial indireta, pela mão de rendeiros. No senhorio, as principais atividades realizadas estavam ligadas à agricultura, à criação de gado, à produção de vinho, à caça, à

recolha de lenha ou frutos, de forma a garantir a autossuficiência dos que habitavam no senhorio. Os foreiros, ou rendeiros, que exploravam os casais estavam obrigados ao pagamento de rendas senhoriais, devidas pela exploração da terra. Na verdade, em troca da terra que exploravam e que tinha, neste caso, “casa dianteira, celeiro, cozinha e palheiro, alpendre e curral”, pagavam anualmente “dois quartos de pão [...] a metade de trigo e outra de cevada [...] de dezasseis alqueires o quarto [...] e de foro duas galinhas”, ou seja, eram obrigados a entregar parte da produção. Senhores e camponeses tinham, então, estatutos económicos e sociais distintos. Assim, enquanto o senhor residia no paço, no castelo, e tinha na sua dependência várias famílias, vivendo dos rendimentos da terra que possuía, os camponeses viviam nas casas humildes e tinham de trabalhar a terra como forma de garantirem o seu sustento. A maior parte do rendimento que provinha da terra era pertença do senhor, ficando o restante para os camponeses que aí viviam e que apenas lhes garantia a subsistência.

Atividade da p. 142 do manual

2. O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* foi escrito com o objetivo de **promover concórdia entre os nobres** conforme o autor expressa no prólogo da obra, afirmando “**meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha**”. D. Pedro expressa a sua religiosidade, pois segundo ele, a nobreza deveria viver segundo a lei de Deus, ao afirmar “**dando-se fe pera nom se fazerem mal uus aos outros**”. Assim a nobreza deveria cultivar os valores de **devoção e de amor a Deus**, ao serviço de Deus, pois o ideal de um cavaleiro nobre deveria orientar-se pelos valores cristãos. Dom Pedro apresenta quais os deveres de um cavaleiro nobre para com os que eram “de seu sangue”, destacando que deveriam “**comprir**” e “**guardar este preceito**”. Segundo Dom Pedro, era útil cada fidalgo conhecer a sua linhagem para “**saberem estes fidalgos de quaes desecenderom de padre a filho e das linhas travessas**”; “**por seerem de uu coração, [...] se é de gram poder deve-o servir porque vem de seu sangue [...]**”, “**por saberem os nomes daqueles donde veem e alguas bondades em que eles houve**.” Podemos concluir que os livros de linhagem muito divulgados, nesta época, por toda a Europa tinham importância para a cultura e sociedade do seu tempo porque permitiam conhecer os laços de sangue, estabelecendo relações de solidariedade, amizade e paz e impedir ainda a consanguinidade. Hoje têm grande valor histórico pois permitem ao historiador conhecer **as ascendências e descendências familiares da nobreza**.

Atividade das pp. 150-151 do manual

ARQUITETURA DE ESTILO ROMÂNICO E DE ESTILO GÓTICO: ALGUNS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1. O estilo românico fazia uso dos **arcos redondos**, ou **de volta perfeita**, e da **abóbada de berço**. O estilo gótico fazia uso do **arco quebrado**, ou em **ogiva**, e a **abóbada** utilizada era a de **cruzamento de ogivas** suportada por **pilares**. A descarga do peso das paredes, nos edifícios góticos fazia-se por intermédio dos **arcobotantes**, auxiliados pelos **contrafortes**, permitindo assim paredes mais finas e mais altas. Nos edifícios românicos, as **paredes** eram mais **grossas** e os **contrafortes** pesados e maciços, o que lhes conferia um aspeto mais sólido e robusto, contrariamente ao gótico, marcado por uma maior leveza e elevação. O interior das igrejas de ambos os estilos, dividiam-se maioritariamente em **nave central** e duas **naves laterais**.

2. 1 – arcobotante / 2 – arco ogival / 3 – abóbada de cruzamento de ogiva / 4 – pilares / 5 – contrafortes

ARQUITETURA DE ESTILO ROMÂNICO E DE ESTILO GÓTICO: ALGUNS EXEMPLOS EM PORTUGAL

1. Sé Velha de Coimbra – Igreja edificada em Coimbra no século XII, depois da vitória de Portugal na Batalha de Ourique / **estilo românico** – estilo marcado por uma forte solidez, em que os edifícios têm paredes maciças e com poucas aberturas / **portal** – porta de entrada na igreja, marca a divisão entre o espaço sagrado e o espaço profano, com arquivoltas / **três naves** – divisões no interior da igreja, normalmente apresentando a divisão em nave central, nave lateral esquerda e nave lateral direita / **transepto** – confere à planta da igreja a forma de cruz latina atravessando a nave central / **torre lanterna** – torre cimeira que se vê a partir do exterior do edifício / **cruzeiro** – espaço de união entre a nave central e o transepto / **cabeceira tripartida** – opõe-se à fachada e subdivide-se em três partes / **catedrais** – igrejas matrizes presentes na sede de bispado / **capitéis** – parte superior da coluna / **vegetalistas e animalistas** – decoração com folhagens e animais / **iconográfico** – linguagem visual que permite comunicar com os fiéis sem necessidade de recorrer à palavra e apenas através de imagens / **fortaleza** – robustez do edifício confere-lhe um caráter de proteção ainda necessário durante o período da Reconquista servindo de abrigo às populações / **fachada** – parte frontal do edifício por onde entram os fiéis / **tripartida** – fachada dividida em três partes sendo a central a zona de entrada no templo e corresponde à divisão da igreja em três naves / **torres** – ladeiam a zona do portal / **ameias** – aberturas no parapeito que assumem caráter defensivo e que dão ao edifício o aspeto de fortaleza.

2. Portal e janelas – semicírculo

3. Uma vez que foi edificada durante a reconquista, a igreja muitas vezes constituía um dos raros pontos de abrigo das populações, pelo que, para além de se destinar ao culto, exigia ainda a existência de elementos defensivos semelhantes aos de uma fortaleza. Daí a presença das **ameias**, o seu estilo robusto e as reduzidas aberturas para o exterior.

4. O **elemento** representado é a coluna e o capitel; a decoração usada é **vegetalista e animalista**.

Atividade das pp. 152-153 do manual

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO PORTUGUÊS: O EXEMPLO DE ALCOBAÇA

1. A atribuição da categoria de Património Mundial ao Mosteiro de Alcobaca é importante porque significa:

- o reconhecimento de um edifício culturalmente importante;
- a sua integração no património comum da humanidade;
- a sua proteção e conservação.

2. Cinco de entre as seguintes características:

- maior espaço religioso gótico do país;
- possui nove capelas radiantes;
- acentuada verticalidade;
- arcobotantes no exterior da capela-mor;
- obra-prima da arte cisterciense;
- pureza arquitetónica;
- luminosidade;
- beleza do material.

Assume-se como uma catedral gótica de **grandes dimensões**, de acentuada **verticalidade**, com

luminosidade e com **arcobotantes** no exterior que fazem dela uma obra-prima da **arte cisterciense**. Na verdade, as suas dimensões, o sentido de verticalidade, os arcobotantes e a luminosidade constituem elementos essenciais do estilo gótico.

3. Cisterciense – corresponde à ordem monástica de Cister que se rege pela regra de S. Bento / **São Bernardo** – Bernardo de Claraval foi um monge cisterciense, santo e Doutor da Igreja da primeira metade do século XII / **abadia** – comunidade monástica dirigida por um abade ou abadessa / **planta em forma de cruz latina** – planta em que a nave central é atravessada pelo transepto o que dá ao edifício a forma de cruz / **deambulatório** – local no templo destinado à circulação onde os fiéis andam ou deambulam / **capelas radiantes** – capelas secundárias junto à abside / **verticalidade** – elevação característica do estilo gótico / **beleza ímpar** – singularidade estética / **capela-mor** – capela principal da igreja / **túmulos de D. Pedro I e D. Inês de Castro** – edificadas em estilo gótico neles repousam os restos mortais de D. Pedro I e D. Inês de Castro. Os túmulos foram mandados construir por D. Pedro I para sepultar os restos mortais da sua amada, D. Inês, e para que quando morresse pudesse ficar junto a ela / **ordem de Cister** – ordem monástica que cumpre a Regra Beneditina, fundada no final do século XI, em reação ao relaxamento da ordem de Cluny / **filosofia de vida da ordem cisterciense** – a vivência da regra beneditina exige um rigor litúrgico, ascetismo e dedicação ao trabalho como modelos de vida.

ALCOBAÇA E A IMPORTÂNCIA DA ORDEM DE CISTER (resposta orientada para o aluno)

D. Afonso Henriques, em 1153, doou a abadia de Santa Maria de Alcobaça a S. Bernardo de Claraval, atribuindo assim estes domínios à ordem de Cister. Dadas as dimensões do edifício, só em 1178, é que se iniciaram as obras de construção que deram origem ao edifício atual. Em 1223, os monges cistercienses encontram-se na abadia, a trabalhar e a orar (“ora et labora”). A observância da regra de S. Bento no mosteiro privilegiava a oração e o ritual litúrgico, procurando também promover o ascetismo como forma de elevação espiritual. Fizeram um aproveitamento dos recursos naturais em torno do espaço da abadia, desenvolvendo a agricultura e aproveitando os recursos hídricos. Na realidade, a localização dos mosteiros cistercienses tinha sempre em vista o aproveitamento dos recursos naturais envolventes. Assim, para além de permitir a implementação da ordem naquele local, facilitava também a atração e fixação de população na região. Ao longo do tempo, fruto destes condicionalismos, foi crescendo progressivamente o seu poder e riqueza.

4. 1 – rosácea / 2 – arquivoltas do portal / 3 – portal